

Relator propõe 5 anos com parlamento

Na terça-feira, dia 28 de abril, o senador José Fogaça apresentará seu relatório na Subcomissão que trata na Constituição do Poder Executivo sobre a polémica duração do mandato do presidente José Sarney. A tendência de Fogaça é propor a adoção do regime parlamentarista misto a partir da promulgação da Constituição, com um mandato de cinco anos para Sarney. Ele acrescentará outra questão controversa em seu parecer: a proposta de submeter a plebiscito as definições pelo parlamentarismo e pela duração do mandato presidencial.

Fogaça considera essas propostas o pensamento médio dos constituintes. Ele diz que para manter a independência do seu parecer como relator não consultou e nem irá consultar formalmente o governo e as direções partidárias. Ele tem ouvido opiniões dos constituintes em conversas informais nos corredores e gabinetes do Congresso Nacional.

Com textos constitucionais de diversos países, Fogaça está se preparando para rebater as críticas mais frequentes ao Parlamentarismo. Ele cita algumas: "Dizer que o parlamentarismo não funciona em regime federativo é uma inverdade. A

Alemanha, a Suíça e a União Soviética, por exemplo, desmentem isto. Outra falsa verdade corrente: o parlamentarismo exige a adoção do voto distrital. Em Portugal e na Itália não é assim".

Em seus estudos, está constatando que há parlamentarismos para todos os gostos e de acordo com as peculiaridades dos países que o adotam. A Finlândia, por exemplo, adotou uma fórmula que agrada bastante aos senadores brasileiros: o parlamentarismo com sistema bicameral, com o funcionamento da Câmara e do Senado.

Na avaliação de José Fogaça, a tendência majoritária no PMDB é pelo mandato de cinco anos, para Sarney. Ele dá até uma explicação política para isto: O PMDB no momento não possui lideranças carismáticas consolidadas, ao contrário de outros partidos. Até 89, diversas lideranças que estão despontando terão tempo e oportunidade para se consolidarem.

Na proposta de parlamentarismo que pretende apresentar, a Constituição só asseguraria o regime a nível nacional. Em relação aos estados e os municípios, a mudança ou não da divisão de poderes ficaria à cargo das assembleias estaduais.

Plebiscito tem resistência

Silvio Donizetti

A proposta de promover um plebiscito entre os filiados do PMDB par saber quanto tempo deve durar o mandato do presidente José Sarney vem encontrando grande resistência por parte do seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, e o governador paulista Orestes Quêrcia, ambos candidatos à presidência da República. Ulysses quer torpedear a ideia dentro da Executiva Nacional e Quêrcia trabalha para evitar a realização da consulta na seção regional do partido.

Com a realização de um plebiscito entre os peemedebistas de São Paulo sobre a duração do mandato do presidente, como ocorreu no último fim de semana no Paraná, seria desencadeado um processo de consulta idêntico nos principais estados do país, a começar pelo Rio Grande do Sul que também quer saber o que pensa o PMDB estadual com relação ao assunto. Orestes Quêrcia, através do presidente regional do partido, deputado federal Ailton Sandoval, está criando empecilhos para o levantamento de opinião alegando que o grande número de filiados impossibilitaria tal consulta.

Na verdade, as aspirações de

Orestes Quêrcia de concorrer à Presidência no último ano do seu governo são o grande entrave para a realização do plebiscito, em São Paulo. Caso os paulistas consagrem a tese dos quatro anos para Sarney, a exemplo dos paranaenses, um mandato mais prolongado para o presidente passaria a correr sérios riscos. Isso significaria prejuízo para Quêrcia, uma vez que a eleição presidencial seria efetuada no meio do seu mandato.

A nível nacional, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, não dá mostras de entusiasmo pela proposta do ministro Dante de Oliveira, da Reforma Agrária, de consultar todos os filiados do partido no país para opinarem sobre o mandato de Sarney. Pelo desejo do senador Afonso Camargo (PMDB-PR), favorável aos quatro anos, a sugestão de Dante seria votada já nesta quarta-feira, na reunião da Comissão Executiva. Camargo acha que esta é uma oportunidade para os filiados do PMDB se manifestarem sobre um tema de interesse nacional e participarem da vida partidária, pois até agora eles apenas são chamados a eleger os diretores. Mas se depender de Ulysses, a proposta do ministro será engavetada.

ARQUIVO



Deputado apóia governadores do PMDB

Delfim, um parlamentarista

São Paulo — O deputado constituinte Delfim Netto (PDS-SP), tomou ontem duas decisões em São Paulo: uma a de defender um sistema parlamentarista de governo, que dá ao presidente da República o direito de dissolver o Congresso e convocar novas eleições; e outra, dar o seu apoio aos quatro governadores do PMDB que exigiram de Sarney uma reforma ministerial, especialmente as demissões dos ministros Dilson Funaro e Aureliano Chaves. Os quatro governadores que tiveram apoio do ex-ministro do Planejamento do governo Figueiredo foram Orestes Quêrcia (SP), Moreira Franco (RJ), Newton Cardoso (MG) e Marcelo Miranda (MT), todos do PMDB.

«Eu sou daqueles que apóiam os quatro governadores e mais ainda: eu acho que eles têm toda a razão, porque re-

presentam os políticos que estão na frente, na vanguarda, são eles que estão enfrentando as dificuldades que estamos vivendo. E quando se diz que eles prejudicaram a negociação da dívida externa, é mentira, pois não houve negociação nenhuma da nossa dívida» — afirmou o deputado. Para Delfim Netto, o Brasil não negociou coisa alguma, porque ninguém leva a sério o país. Se alguma coisa prejudicou a negociação — disse — foi a nomeação de uma comissão pelo presidente da República com a finalidade de coordenar a dívida externa brasileira. Imaginem que, enquanto um ministro (Delfim se referia à presença de Dilson Funaro nos Estados Unidos) lá fora está tentando negociar a dívida, aqui no Brasil o presidente da República nomeia uma comissão para coordenar essa dívida».

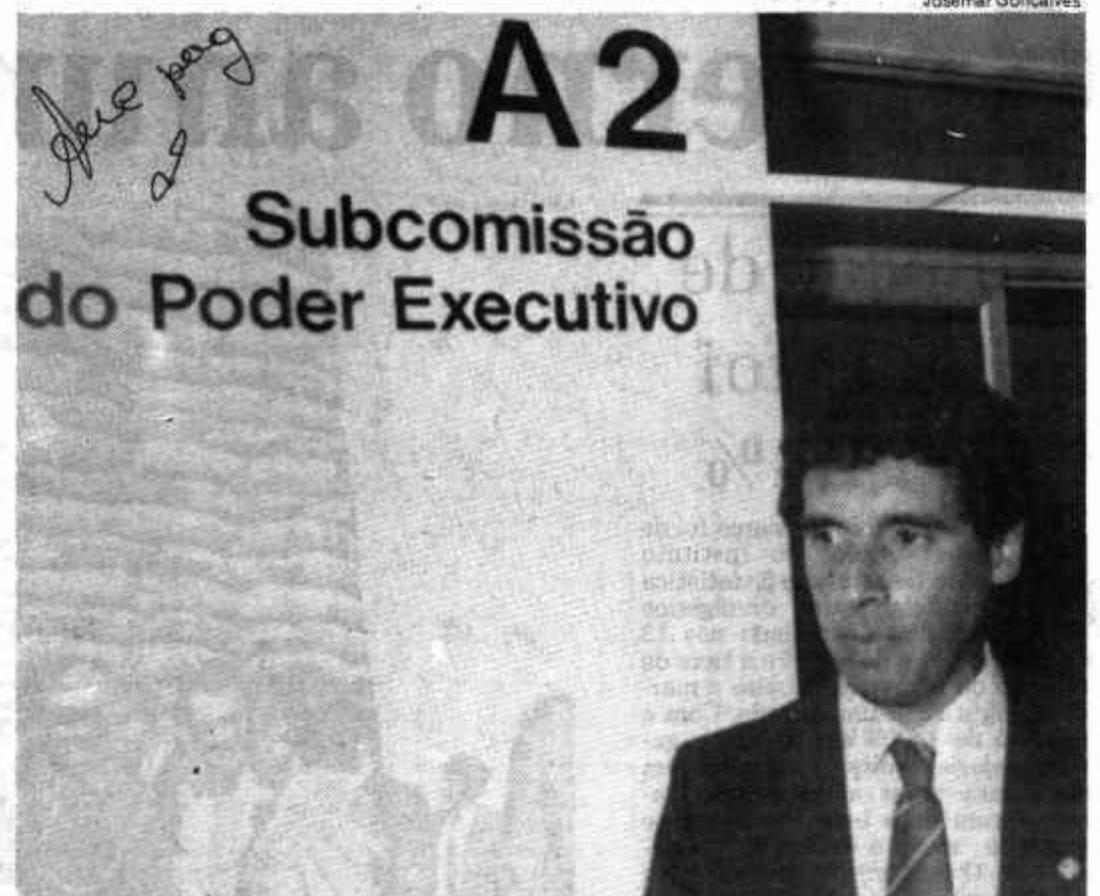
Idosos terão vantagens

Todos os brasileiros com mais de 70 anos deverão ter, a partir da nova Constituição, vantagens como passagens rodoviárias urbanas gratuitas e assistência médica e jurídica também sem pagamento, segundo tendência expressa ontem pela subcomissão dos direitos individuais da Constituinte. Mas, seus integrantes rejeitaram proposta que visava garantir ao idoso também passagens aéreas gratuitas e três dias em hotel, sem pagamento.

A proposta de vantagens para o idoso foi apresentada pelo deputado Davi Alves Silva (PDS-MA). Ao relata-la, porém, o deputado Eliel

Rodrigues (PMDB-PA) decidiu eliminar as sugestões relativas a passagens aéreas e hotel, entendendo que seria impraticável, na atual situação do país, dar este tipo de ônus à empresa privada. Apoiou, no entanto, as demais sugestões, que tiveram a aprovação dos outros integrantes presentes, mas não foram submetidas à votação por falta de quórum.

A proposta de idade limite de 61 anos para aposentadoria, apresentada pelo mesmo deputado, foi ampliada para 65 anos, mas também deverá ser discutida nas próximas reuniões da subcomissão para posterior deliberação.



Proposta de José Fogaça terá peso decisivo na fixação do sistema de governo



Subcomissão fortalecerá Legislativo

O fortalecimento do Poder Legislativo é a principal preocupação da subcomissão que está estudando e debatendo o tema. Ontem mesmo, sem número regimental para realizar a reunião prevista, a subcomissão avançou em uma série de propostas, a ponto do presidente, deputado Bocaiuva Cunha (PDT-RJ) e dos membros Rubens Brancinho (PMDB-AC), Miro Teixeira (PMDB-RJ), Nelson Vedenkin (PMDB-SC) e Farabulini Júnior (PTB-SP), acreditarem ter encontrado na reunião informal um bom canal de avanço e organização.

De acordo com o presidente Bocaiuva Cunha, surgiram propostas das comissões técnicas permanentes passarem a ter poder de decisão, eliminando o quadro de uma matéria aprovada em todas as comissões técnicas ainda ter de se submeter ao plenário. A diminuição do quórum para as sessões e votações também foi defendida. De acordo com Bocaiuva, a exemplo da Inglaterra, onde exige-se apenas 10% dos representantes, a diminuição do quórum, pode ao contrário do que se pensa, fazer com que os parlamentares compareçam mais, pois terão receio de que suas ausências servirão para aprovar projetos e temas em que teriam interesse. O presidente disse que estão listados mais de 15 sugestões nascidas da reunião de ontem.

Reforma Agrária

A subcomissão de Reforma Agrária já estabeleceu o roteiro de palestras, a serem feitas na próxima semana, sobre os problemas que dificultam a distribuição de terras no Brasil. Na quarta-feira, falarão os presidentes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Plínio de Moraes, e da Federação de Agricultura de Minas Gerais, Antônio Ernesto de Salvo.

Para quinta-feira, estão previstas as seguintes exposições: de manhã, falarão os presidentes da Embrater, Romeu Padilha de Figueiredo, e da Embrapa, Ormuz Freitas Rivaldo. No mesmo dia, à noite, falará o presidente do Inbra, Rubem Ilgenfritz da Silva.

Os parlamentares da subcomissão de Reforma Agrária se reuniram informalmente ontem de manhã. A reunião durou poucos minutos porque não houve quórum. Segundo um dos participantes, o deputado Aldo Arantes (PMDB-GO), na próxima semana a subcomissão analisará o deslocamento de um grupo de parlamentares para algumas áreas do país onde existem graves conflitos de terra. Segundo Aldo Arantes, o objetivo dessas visitas será o conhecimento, por parlamentares envolvidos na elaboração de sugestões para a nova Constituição, da "dura realidade brasileira". A proposta de Aldo Arantes prevê uma visita à região do Bico do Papagaio, onde há permanentes conflitos entre posseiros e fazendeiros.

Passarinho crê que trabalhos são lentos

Belém — O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) lamentou, ontem, em Belém, a lentidão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, atribuindo-a aos desacordos entre o PMDB e PFL. O ex-ministro disse que a aliança entre os dois partidos «é uma farsa», porque não consegue conciliar tantos interesses e posições desencontrados. Lembrando que no início não concordou com as críticas da imprensa sobre a morosidade da Constituinte, «porque ela era causada pela discussão de uma questão importante, o regimento interno: que nos pouparia de perder tempo depois». Passarinho manifestou sua atual preocupação «pelo pouco avanço dos trabalhos, passados dois meses e meio de seu início».

Ele apontou para uma falha do processo Constituinte: «As comissões estão se instalando sem dispor de um texto básico. Assim, muitas vezes os parlamentares se vêem nas sessões sem ter o que discutir». Passarinho acha que poderiam ser incorporadas as propostas apresentadas para um texto constitucional completo e ele próprio já está pensando em algumas propostas, «embora não possa desenvolver esse

trabalho na comissão que presido», uma das mais importantes, inclusive por tratar de um dos temas mais caros ao ex-ministro: a segurança de Estado. «Dando-me a presidência, me imobilizaram», comentou com bom humor.

Passarinho voltou a criticar a intransigência do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, «que insiste em construir uma soberania à custa da miséria do povo», e admitiu a necessidade de uma reforma ministerial, não deixando de incluir a reivindicação de um cargo para a Amazônia, «que está inexplicavelmente fora do atual ministério». Diante da insistência de nomes, admitiu que poderia apoiar o ex-governador Jader Barbalho, «porque é um dos nomes disponíveis».

O ex-ministro pediu ainda aos jornalistas que não levassem suas declarações sobre o impasse no país «para o terreno da sinistra dos golpes militares», ressaltando não acreditar que «ele esteja sendo arquitetado. Mas previu que o governo sofrerá uma grande derrota nas eleições municipais de novembro do próximo ano, porque vem impondo um arrocho salarial sobre a classe média muito forte».

OAB prega reforma do Poder Judiciário

Um documento com todos os temas discutidos pela Comissão de Estudos Constituintes da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Rio de Janeiro — será encaminhado até o dia 1.º de junho às subcomissões e comissões da Constituinte. Na reunião de ontem estiveram presentes os deputados constituintes eleitos pelo Rio, Vivaldo Barbosa (PST) e Paulo Ramos (PMDB). Os temas principais discutidos foram: Poder Judiciário, direitos individuais e coletivos e direitos humanos.

O presidente da comissão, Evandro Lins e Silva, disse que a intenção é apresentar aos constituintes uma «declaração de princípios», em que o ponto principal será a necessidade de uma reforma estrutural do Poder Judiciário. No entender do jurista, essa reforma deve abranger sobretudo a

primeira instância, básica da justiça: «Até agora as preocupações têm sido com a cúpula, quando a crise da justiça está na sua base, não na cúpula. A justiça hoje é hermética, fechada e inexistente para o pobre, e é necessário modificar essa estrutura arcaica do Poder Judiciário para que ela atenda às necessidades da população», afirmou o jurista.

A participação da população e das entidades representativas na Constituinte, com a apresentação de propostas, ainda está muito abaixo do necessário, na opinião do deputado Paulo Ramos: «A população deve se conscientizar que suas reivindicações só serão atendidas se forem efetivamente apresentadas». Segundo o deputado, a OAB está dando um grande exemplo, com a promoção de debates em torno de propostas concretas.

Constituinte recebe propostas até dia 6

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciou ontem no plenário da Assembleia que decidiu prorrogar para o dia 6 de maio próximo o prazo para a apresentação de sugestões e propostas visando à futura Constituição.

Justificando a decisão, Ulysses Guimarães disse que vem recebendo apelos dos constituintes, e também da sociedade, nesse sentido. Mas a prorrogação — ressaltou — não implicará em dilatação dos demais prazos já estabelecidos pelo cronograma da Constituinte.

Ulysses Guimarães informou ainda que a partir de agora as comissões e subcomissões estão autorizadas a se reunir extraordinariamente, a partir das 17 horas, todos os dias. Segundo o regimento da Constituinte, as comissões e subcomissões só se reuniam na

parte da manhã, para evitar colisão de horário com o funcionamento do plenário.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) relator da subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança, disse que os trabalhos ali estão transcorrendo como normalidade e que na próxima semana, com normas de funcionamento e cronogramas definidos, os resultados começarão a aparecer.

Fiúza justificou a ausência de alguns componentes na reunião de ontem, pois muitos são de estados distantes e vão aproveitar o longo feriado para visita aos seus eleitores e familiares. O relator aproveitou para lembrar que já na terça-feira a subcomissão estará reunida, e no dia 22, quarta-feira, inicia suas audiências, ouvindo um representante do Estado Maior das Forças Armadas.